



RSM Brasil

Av. Marquês de São Vicente, 182 - 2º Andar
Barra Funda - SP - Brasil
Cep: 01139-000
T +55 (11) 2348-1000
F +55 (11) 2117-1300

www.rsmbrasil.com.br

14 de abril de 2025

À: Metar Logística Ltda.

At.: Senhores Quotistas e Administradores

Ref.: Relatório anual de auditoria do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da Metar Logística Ltda.

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^{as}. as demonstrações financeiras anuais auditadas da Metar Logística Ltda. dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Atenciosamente,

Luiz Cláudio Fontes

Metar Logística Ltda.

Demonstrações Financeiras Acompanhadas do Relatório
do Auditor Independente

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Metar Logística Ltda.

Índice

	Página
Relatório de Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11

METAR LOGÍSTICA LTDA.

CNPJ Nº 10.992.167/0001-30

NIRE Nº 35.2.2334374-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2024

Senhores cotistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório (parecer de auditoria) dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Considerações:

Mercado: Crescimento de 1% na receita operacional líquida em relação a 2023.

Desenvolvimento Humano: Programa Prata da Casa (ajuda de custo para formação em nível superior), JCA Educa (Ensino Médio – 2 colaboradores), Fortalecimento do modelo do Sistema de Gestão Integrado (SGI) com melhoria dos processos com ganho considerável de produtividade para todos os funcionários por meio de treinamentos, reuniões, workshop e outras ações.

MARCELO CARVALHO BARRETO

Diretor de Executivo

CPF: 082.841.507-27

LUIS BALEEIRO COSTA LIMA

Diretor Financeiro

CPF: 016.306.895-05

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Quotistas e Administradores da
Metar Logística Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

1. Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Metar Logística Ltda. (“Empresa”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Metar Logística Ltda.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

3. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

4. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2025.

A handwritten signature in black ink, which appears to read "Luiz Claudio Fontes".

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7 "S" RJ

A small version of the RSM logo, consisting of the three colored bars (grey, green, blue) and the letters "RSM" below them.



METAR LOGÍSTICA LTDA.
Balancos Patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	448	444
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas			
. Clientes	4	3.143	5.478
. Partes relacionadas	4	-	916
Total de Contas a Receber		3.143	6.394
Estoques de almoxarifado	5	252	455
Outros ativos	6	257	559
Impostos a Recuperar	-	-	2
Total do Ativo Circulante		4.099	7.853
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
. Depósitos judiciais	15.1	396	437
. Outros Créditos	4	-	14
		396	451
		396	451
Imobilizado	7	430	482
Direito de Uso por Arrendamento	8	46	378
Intangível	-	-	1
Total do Ativo Não Circulante		872	1.312
Total do Ativo		4.971	9.166

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras

METAR LOGÍSTICA LTDA.
Balancos Patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo Circulante			
. Terceiros (nacionais)	9	1.103	1.520
. Partes relacionadas	9	3.546	698
		4.649	2.218
Dividendos a pagar	9	4.150	4.150
Arrendamentos a pagar a partes relacionadas	10	73	332
Salários, encargos e obrigações sociais	11	1.968	1.903
Impostos a recolher, exceto IRPJ e CSLL (inclui refinanciamento de tributos)	12	789	913
Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido	13.3	482	498
Adiantamentos Recebidos de clientes	14	495	279
Outras contas a pagar	-	50	29
Total do passivo circulante		12.656	10.323
Passivo Não Circulante			
Arrendamentos a pagar a partes relacionadas	10	-	18
Impostos a recolher, exceto IRPJ e CSLL (inclui refinanciamento de tributos)	12	-	57
Adiantamento p/Futuro aumento de Capital		3.700	3.700
Provisão para contingências	15.2	71	241
Total Não Circulante		3.771	4.016
Total do Passivo Circulante e Não Circulante		16.426	14.340
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)			
Capital social subscrito e integralizado	16	100	100
(Prejuízos) Acumulados		(11.555)	(5.274)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		(11.455)	(5.174)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		4.971	9.166

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras



METAR LOGISTICA LTDA

Demonstração dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

	Notas	Exercícios Findos	
		31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional Líquida	17	47.606	47.209
Custo dos Serviços Prestados	18	(21.021)	(20.667)
Lucro Bruto		26.585	26.542
(Despesas) Receitas operacionais			
(Despesas) gerais e administrativas	19	(19.647)	(7.231)
(Despesas) Comerciais	20	(10.995)	(21.919)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquido	21	391	(55)
Total Receitas (Despesas) Operacionais		(30.251)	(29.204)
Prejuízo Operacional, Exceto Resultado Financeiro		(3.666)	(2.662)
Resultado Financeiro Líquido	22	(774)	(692)
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos		(4.440)	(3.354)
Receita (Despesas) de Impostos (IRPJ e CSLL)			
(Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes	13.1	(1.841)	(1.823)
Total das Receitas (Despesas) de Impostos (IRPJ e CSLL)		(1.841)	(1.823)
Prejuízo do Exercício		(6.281)	(5.176)
Número de Quotas do Capital Social Subscrito e Integralizado		100.000	100.000
Prejuízo do Exercício por Quotas Expresso em Reais com Centavos (R\$)		-62,81	-51,76

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras

METAR LOGISTICA LTDA

Demonstração dos Resultados (Prejuízos) Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Exercícios Findos	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo Líquido do Exercício	(6.281)	(5.176)
Outros Resultados (Prejuízos) Abrangentes	-	-
Total dos Resultados (Prejuízos) Abrangentes	(6.281)	(5.176)

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras



METAR LOGISTICA LTDA

Demonstração das Mutações do (Passivo a Descoberto)

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Capital Social Subscrito e Integralizado	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	100	(97)	3
Prejuízo líquido do exercício		(5.176)	(5.176)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	100	(5.274)	(5.174)
Prejuízo líquido do exercício		(6.281)	(6.281)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	100	(11.555)	(11.455)

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras

METAR LOGÍSTICA LTDA
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA
Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Exercícios Findos	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	(6.281)	(5.176)
Despesa de amortização s/ direito de uso- CPC6 R2/ IFRS 16	434	395
Despesa de juros s/ arrendamento CPC6 R2/IFRS 16	12	15
Despesa de depreciação s/ imobilizado	115	102
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	472	(229)
Provisão (Reversão da) p/riscos fiscais, trabalhistas e outros	(170)	55
Lucro do Exercício Ajustado	(5.419)	(4.837)
(Aumento) Redução dos Ativos Operacionais:		
Contas a receber de clientes e das operações	3.251	6.233
Impostos a recuperar	2	5
Depósitos judiciais	41	3
Outros créditos a receber	218	(216)
Total do (Aumento) Redução dos Ativos Operacionais	3.511	6.025
Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais:		
Fornecedores a pagar a terceiros (nacionais)	(417)	238
Salários, encargos e obrigações sociais	65	(53)
Obrigações fiscais	(198)	(90)
Partes relacionadas	2.848	(4.852)
Outros passivos	66	(40)
Total do Aumento (Redução) do Passivos Operacionais	2.364	(4.797)
Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	456	(3.609)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(61)	(180)
Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	(61)	(180)
CONTINUAÇÃO:		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Varição líquida de arrendamentos IFRS 16	(391)	(411)
Adiantamento p/ Futuro aumento de Capital	-	3.700
Total do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	(391)	3.289
Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	4	(500)
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo do Início do Exercício	444	944
Saldo do Final do Exercício	448	444
Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	4	(500)

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

1. Contexto Operacional

A Empresa foi constituída em junho de 2009, e tem como objetivo a exploração do transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional de encomendas em geral, transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos, cosméticos e alimentos industrializados, dentre outros, através de veículos próprios ou de terceiros, e ainda, armazenagem e serviço de logística.

A Empresa faz parte do Grupo JCA que atua em outras Companhias do mesmo ramo de atividade. As Companhias do Grupo JCA são:

- Auto Viação 1001 Ltda.
- Viação Cometa S.A.
- Auto Viação Catarinense Ltda.
- Rápido Macaense Ltda.
- Expresso do Sul S.A.
- SIT Macaé Transportes S.A. (controlada diretamente pela Rápido Macaense Ltda.)
- Rápido Ribeirão Preto Ltda.
- Opção JCA Turismo e Fretamento Ltda.
- Clube Giro Ltda.
- Wemobi- Mobilidade Tecnologia Ltda.
- ODP Outlets de Passagens Ltda.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$ mil), sendo o Real a moeda funcional da Empresa, exceto quando indicado de outra forma.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Empresa em 28 fevereiro de 2025, considerando os eventos subseqüentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

2.3. Contas a Receber de Clientes e de Partes Relacionadas

As contas a receber estão registradas pelos valores efetivamente faturados e estão apresentadas a valores de realização. Quando necessária, a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em histórico no relacionamento com os clientes e considerada suficiente para a expectativa de perdas na realização de créditos.

2.4. Contas a Receber e a Pagar a Partes Relacionadas e Mútuos a Receber e Pagar a Partes Relacionadas

Os contratos de mútuos ativos e passivos mantidos com partes relacionadas venceram em 30 de dezembro de 2024 e são renováveis automaticamente. Sobre esses mútuos não incidem juros e atualização monetária. Ainda, destaca-se que a administração está convicta no efetivo recebimento dos seus contas a receber provenientes das operações rotineiras e dos seus mútuos a receber como descrito na Nota Explicativa N°4, e, portanto, inexistente uma provisão para perdas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.5. Estoques de Almoxarifado

Representados por materiais de escritório avaliados ao custo médio de aquisição, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos o custo da venda (impostos, comissão, etc.).

A Empresa efetuou uma avaliação técnica dos estoques obsoletos e de movimentação morosa na data do balanço e, se sempre que necessário, procede a constituição de uma provisão a esse título.

2.6. Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas e não excede ao valor justo. A depreciação dos bens é calculada de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa N°7.

2.7. Direito de Uso por Arrendamento

O Direito de uso é composto pelo valor presente líquido dos valores a pagar pelo arrendamento financeiro de ativos, objetos do arrendamento, reconhecidos de acordo com a norma CPC06 R2 (vide Nota Explicativa nº 8). O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas,

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.9. Fornecedores a Pagar a Terceiros e a Partes Relacionadas

Saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

2.10. Arrendamentos a Pagar

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente, de acordo com a norma CPC06R2/IFRS16, ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pelo prazo do contrato e pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

2.11. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.12. Impostos

As despesas do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Esses impostos são reconhecidos na demonstração do resultado calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL. O IRPJ e a CSLL (“Impostos Diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, apenas quando for provável que apresentará lucro tributável futuro em

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos como tal, respectivamente.

2.13. Provisões

Provisões Passivas em Geral- Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisão para Contingências

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos Contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos Contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações Legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a empresa questiona a constitucionalidade dos tributos.

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

2.14. Reconhecimento de Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada atividade da empresa, conforme descrição a seguir:

Vendas de Serviços- A receita proveniente do transporte de passageiros é reconhecida no momento da utilização dos serviços pelo passageiro e pela disponibilização dos serviços de transporte realizados pela empresa.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.15. Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, operações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos Financeiros, adotado pela Empresa a partir de 01 de janeiro de 2018. Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Empresa para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Empresa classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;

Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. A Empresa, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não tinha derivativos e consequentemente *hedge accounting*.

2.16. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

2.17. (Prejuízo) por Quota

É calculado com base na quantidade de quotas em circulação do capital subscrito e integralizado na data dos balanços patrimoniais.

2.18. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 15.2- Provisão para contingências; e
- Nota Explicativa nº 24- Valor justo dos ativos financeiros.

2.19. Adoção das CPCs Novos e Revisados

a. CPCs Novos e Alterados Vigentes no Exercício Corrente:

No exercício corrente, a Empresa aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1/1/2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas Dfs.

i) Alterações à IAS 1- Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: A Empresa adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

ii) Alterações à IAS 1-Apresentação das DFs-Passivo Não Circulante com Covenants: A Empresa adotou as alterações à IAS 1, publicadas em novembro de 2022, pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da Empresa de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da Empresa na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém, se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a Empresa divulga informações que permite aos usuários das Dfs entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a Empresa pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

iii) Alteração à IFRS 16-Arendamentos-Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”: A Empresa adotou as alterações à IFRS 16 pela 1ª vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15- Contratos com clientes para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um “leaseback” que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de “sale and leaseback” com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de “sale and leaseback” que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o IFRS 16 a transações de “sale and leaseback” celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a Empresa aplicou a IFRS 16 pela 1ª vez.

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

b. CPCs Novos e Revisados Já Emitidos, Porém Ainda Não Adotados

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Empresa não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Dfs. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Dfs da Empresa no futuro.

i) IFRS 18- Apresentação e Divulgações nas DFs: A IFRS 18 substitui a IAS 1- Apresentação das DFs, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7-Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7-Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33- Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para apresentar: Categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; Divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às Dfs; melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A Empresa deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Empresa aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os diretores da Empresa esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as Dfs da Empresa no futuro.

ii) IFRS 19- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública- Divulgações: A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas Dfs. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar Dfs consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. A Empresa pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório: for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária); não tiver responsabilidade pública, e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara Dfs consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A subsidiária tem responsabilidade pública se: seus instrumentos da dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado público ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, inclusive mercados locais e regionais), ou detiver ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo critério). As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas Dfs, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas Dfs consolidadas pode fazer isso nas suas Dfs separadas.

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1/1/2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a Empresa optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela 1ª vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a Empresa optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade. Os diretores da Empresa não esperam que a IFRS 19 seja aplicada para fins das dfs consolidadas do grupo.

iii) Orientação Técnica OCPC 10 e Resolução CVM 223: No dia 16/12/2024, o CPC emitiu a Orientação Técnica OCPC 10- Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). Em consonância com esta iniciativa, a CVM publicou a Resolução 223/24, que torna obrigatória a adoção da referida orientação técnica para as companhias abertas supervisionadas pela autarquia. Esses normativos entram em vigor em 1/1/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data.

Conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na data de publicação das Dfs, a Empresa ainda não adotou antecipadamente referida orientação técnica. Os diretores da Empresa esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as Dfs consolidadas do grupo no futuro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	6	359
Bancos Conta Movimento	20	22
Aplicações financeiras (CDB) remuneração CDI	422	63
	<u>448</u>	<u>444</u>

Os saldos de caixa referem-se a numerários que foram depositados em conta bancária no início do ano subsequente. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

**4. Contas a Receber de Clientes e de Partes Relacionadas
Composição de Contas Receber de Clientes**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Duplicatas e títulos	6.854	8.607
Cartões de Crédito	329	438
Créditos com administradores		14
Total Bruto de Contas a Receber de Clientes	7.183	9.059
Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.040)	(3.568)
Total de Contas a Receber de Clientes, Líquido	3.143	5.492

Circulante	3.143	5.478
Não circulante		14
	-	-

Movimentação da Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	(3.568)	(3.797)
Complemento do provisionamento líquido	(472)	229
Saldos dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(4.040)	(3.568)

Composição de Contas a Receber de Partes Relacionadas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Auto Viação 1001 Ltda.	-	13
Viação Cometa S/A.	-	903
Auto viação Catarinense	-	-
Total de Contas a Receber de Partes Relacionadas	-	916

Nota: Vide comentários na nota explicativa 2.4.

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

5. Estoques de Almoxarifado

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Almoxarifado (compreende materiais de escritório)	252	455
Total dos Estoques de Almoxarifado	<u>252</u>	<u>455</u>

6. Outros Ativos

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outras contas a receber	2	203
Adiantamentos a terceiros	194	179
Adiantamentos a funcionários	61	177
Total das Outros Ativos	<u>257</u>	<u>559</u>

7. Imobilizado

7.1. Composição do Imobilizado Líquido

	(%) Taxa de Depreciação Anual	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Veículos	20%	18	26
Benfeitorias de Terceiros	4%	96	144
Computadores e periféricos	10%	31	32
Móveis e utensílios	10%	212	216
Instalações	10%	72	64
Total Líquido do Imobilizado		<u>430</u>	<u>482</u>

Movimentação do Imobilizado

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Deprec.</u>	<u>31/12/2024</u>
Veículos	26	-	-	(8)	18
Benfeitorias de Terceiros	144	-	-	(49)	95
Computadores e periféricos	32	7	-	(8)	31
Móveis e utensílios	216	37	-	(40)	213
Instalações	64	17	-	(8)	72
Total do Imobilizado	<u>482</u>	<u>61</u>	<u>-</u>	<u>(113)</u>	<u>430</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Deprec.</u>	<u>31/12/2023</u>
Veículos	36	-	-	(9)	26
Benfeitorias de Terceiros	192	5	-	(53)	144
Computadores e periféricos	29	13	-	(10)	32
Móveis e utensílios	142	101	-	(27)	216
Instalações	4	61	-	(2)	64

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

Total do Imobilizado	<u>403</u>	<u>180</u>	<u>-</u>	<u>(101)</u>	<u>482</u>
-----------------------------	------------	------------	----------	--------------	------------

Redução ao Valor Recuperável (Impairment) de Ativos: A Empresa avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se for identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício. Inexiste indicativos da existência de redução do valor recuperável (impairment) dos ativos da Empresa.

8. Direito de Uso por Arrendamento

8.1. Composição do Direito de Uso por Arrendamento

	(%)Taxa de Depreciação Anual	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	66.38%	39	371
Veículos (Frota de Ônibus)	75.00%	7	7
Total do Direito de Uso por Arrendamento, Líquido		<u>46</u>	<u>378</u>

8.2. Movimentação do Direito de Uso por Arrendamento

	31/12/2023	Adições (baixas)	Amortizações	31/12/2024
Imóveis	371	29	(361)	39
Veículos	7	73	(73)	7
Total de Direito de Uso por Arrendamento	<u>378</u>	<u>102</u>	<u>(434)</u>	<u>46</u>

	31/12/2022	Adições (baixas)	Amortizações	31/12/2023
Imóveis	422	271	(322)	371
Veículos	17	63	(73)	7
Total de Direito de Uso por Arrendamento	<u>439</u>	<u>334</u>	<u>(395)</u>	<u>378</u>

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

9. Fornecedores a Pagar a Terceiros e a Partes Relacionadas, Mútuos a Pagar a Partes Relacionadas e Dividendos a Pagar

Composição de Fornecedores a Pagar a Terceiros

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores - Serviços	978	1.335
Fornecedores - Aluguel	22	77
Fornecedores - Outros	103	108
Total de Fornecedores a Pagar a Terceiros	<u>1.103</u>	<u>1.520</u>
	-	-

Composição de Fornecedores a Pagar a Partes Relacionadas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Auto Viação 1001 Ltda.	2.170	516
Viação Cometa S/A.	1.201	-
JCA Locadora de Veiculos		4
Viação Catarinense Ltda	173	149
Clube Giro Ltda	2	28
Total	<u>3.546</u>	<u>698</u>
Total de Fornecedores a Pagar a Terceiros e a Partes Relacionadas	<u>4.649</u>	<u>2.218</u>

Demais Eventos Econômicos com Partes Relacionadas

Composição de Dividendos a Pagar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dividendos a pagar	4.150	4.150
Total dos Dividendos a Pagar	<u>4.150</u>	<u>4.150</u>

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

10. Arrendamentos a Pagar a Partes Relacionadas**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imóveis	66	344
Veículos	7	7
	<u>73</u>	<u>350</u>
		0,00

Arrendamentos a Pagar a Partes Relacionadas

Circulante	73	332
Não Circulante	-	18

Movimentação dos Arrendamentos a Pagar a Partes Relacionadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa por Pagamento</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2024</u>
Imóveis	344	29	(316)	10	66
Veículos	7	73	(75)	2	7
Total da Movimentação dos Arrendamentos a Pagar a Partes Relacionadas	<u>350</u>	<u>102</u>	<u>(391)</u>	<u>12</u>	<u>73</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa por Pagamento</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2023</u>
Imóveis	314	352	(336)	13	344
Veículos	17	63	(75)	2	7
Total da Movimentação dos Arrendamentos a Pagar a Partes Relacionadas	<u>331</u>	<u>415</u>	<u>(411)</u>	<u>15</u>	<u>350</u>

11. Salários, Encargos e Obrigações Sociais**Composição**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Férias a pagar e encargos	1.258	1.211
Salários a pagar	399	374
Encargos previdenciários (INSS e FGTS) a recolher	302	312
Outros a recolher	9	6
Total Salários, Encargos e Obrigações Sociais	<u>1.968</u>	<u>1.903</u>

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

12. Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL (Inclui Refinanciamentos de Impostos Federais)

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	469	493
Refinanciamento de tributos	59	196
Programa de Integração Social (PIS) e COFINS (Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social)	152	159
Outros impostos	109	123
Total de Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL	789	971
Circulante	789	913
Não circulante	-	57

13. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

13.1. Demonstração do Cômputo da (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes

	31/12/2024	31/12/2023
Determinando a base presumida:		
1. Receita bruta operacional conforme DRE	56.030	55.542
2. Outras Receitas Operacionais (conforme DRE):		
. Outras receitas operacionais	245	126
. Receitas financeiras-bruta	166	274
Total de Outras Receitas Operacionais	411	400
3. CSLL Receita Oper. Bruta (item 1 *12%), respectivamente	6.724	6.665
4. IRPJ Receita Oper. Bruta (item 1*8%), respectivamente	4.482	4.443
Total Presumido Tributável:		
CSLL (6.665+400) e 6.316+1.693), respectivamente	7.135	7.065
IRPJ (4.443 +400) e 4.211 + 1.693), respectivamente	4.893	4.844
Cômputos dos Encargos de IRPJ e CSLL:		
CSLL-9% alíquota devida	642	636
IRPJ-25% alíquota devida	1.199	1.187
Total das (Despesas) de Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes	1.841	1.823

13.2. Composição da (Despesa) Receita de Impostos (IRPJ e CSLL)

	31/12/2024	31/12/2023
(Despesa) Receita de Impostos (IRPJ e CSLL) - Corrente	(1.841)	(1.823)
Receita de Impostos (IRPJ e CSLL) - Diferidos	-	-
Total de (Despesa) Receita de Impostos (IRPJ e CSLL)	(1.841)	(1.823)

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

13.3. Movimentação dos Impostos (IRPJ e CSLL) a Pagar-Corrente

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	498	495
Provisionamento de impostos correntes	1.841	1.823
Pagamentos de impostos correntes	<u>(1.857)</u>	<u>(1.820)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	<u>482</u>	<u>498</u>

14. Adiantamentos Recebidos de Clientes

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento recebidos de clientes	<u>495</u>	<u>279</u>
Total de Adiantamentos Recebidos de Clientes	<u>495</u>	<u>279</u>

15. Depósitos Judiciais e Provisão para Contingências

15.1. Composição dos Depósitos Judiciais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Causas Trabalhistas	<u>396</u>	<u>437</u>
Total de Depósitos Judiciais	<u>396</u>	<u>437</u>

Durante o curso normal de seus negócios, a Empresa fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos fiscais, trabalhistas e cíveis e com agência reguladora em discussão. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa possuía registrados os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis:

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

15.2. Provisão para Contingências

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Causas Trabalhistas	-	178
Causas Cíveis	71	63
Total da Provisão para Contingências	<u>71</u>	<u>241</u>

Movimentação da Provisão para Contingências

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	<u>437</u>	<u>440</u>
Complemento de provisionamento líquido	(41)	(3)
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023	<u>396</u>	<u>437</u>

Total de Contingências Possíveis

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	13	62
Trabalhistas	174	178
Total de Contingências Possíveis	<u>186</u>	<u>241</u>

(*) Contingências possíveis não provisionadas nos termos do CPC25-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

16. Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

16.1. Capital Social Subscrito e Integralizado

	Número de Quotas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
COSA PARTICIPAÇÕES LTDA.	55.100	55	55
HATAR PARTICIPAÇÕES LTDA	44.900	45	45
Total do Capital Social Subscrito e Integralizado	<u>100.000</u>	<u>100</u>	<u>100</u>

17. Receita Operacional Líquida

Composição

	Exercícios Findos	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita Bruta		
Receita de Encomendas	56.030	55.542
Total da Receita Bruta	<u>56.030</u>	<u>55.542</u>
Deduções de Vendas		
Impostos incidentes de vendas	(8.424)	(8.333)
Total das Deduções de Vendas	<u>(8.424)</u>	<u>(8.333)</u>

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

Total da Receita Operacional Líquida	47.606	47.209
---	---------------	---------------

18. (Custos) dos Serviços Prestados

Composição

	Exercícios Findos	
	31/12/2024	31/12/2023
Custos de Trafego e Operação	(20.587)	(20.272)
Amortização de direitos de uso por arrendamento- CPC6 R2	(434)	(395)
Total dos Custos dos Serviços Prestados	(21.021)	(20.667)

19. (Despesas) Gerais e Administrativas

Composição

	Exercícios Findos	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos	(14.468)	(1.708)
Benefícios a empregados	-	-
Serviços de terceiros	-	-
Despesas com alugueis	(572)	(911)
Utilidade e serviços públicos	(585)	(660)
Depreciações/amortizações	-	-
Conservação de Bens e Instalações	(332)	(427)
Tributárias	(154)	(108)
Outros	(3.536)	(3.417)
Total das Despesas Administrativas e Comerciais	(19.647)	(7.231)

20. (Despesas) Comerciais

Composição

	Exercícios Findos	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos	(362)	(11.012)
Comissões sobre vendas	(6.417)	(5.690)
Benefícios a empregados	(469)	(1.906)
Despesas com alugueis	(1.303)	(1.901)
Propaganda e Publicidade	(694)	(604)
Perda com Clientes	(182)	()
Depreciação e amortização	(49)	(53)

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

Outros	(1.519)	(753)
Total das (Despesas) Comerciais	(10.995)	(21.919)

21. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Composição

	Exercícios Findos	
	31/12/2024	31/12/2023
Multas e infrações	168	(72)
Outras receitas	222	19
Total das Outras Receitas (Despesas) Operacionais	391	(53)

22. Resultado Financeiro, Líquido

Composição

	31/12/2024	31/12/2023
(Despesas) Financeiras		
Descontos concedidos	(499)	(522)
Despesas bancárias	(319)	(331)
Juros passivos	(83)	(69)
Juros sobre arrendamentos a pagar-CPC 6 R2	(12)	(15)
Outras	(26)	(28)
Total das (Despesas) Financeiras	(939)	(966)
Receitas Financeiras		
Juros ativos	100	171
Descontos auferidos	18	64
Receita financeira de aplicações financeiras	47	39
Total das Receitas Financeiras	165	274
Resultado Financeiro Líquido	(774)	(692)

23. Cobertura de Seguros

A Empresa tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil, seguros para determinados veículos e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Gerenciamento de Riscos de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela empresa restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar nacionais, empréstimos e financiamentos, em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Empresa não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Empresa adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de Estrutura de Capital (ou Risco Financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a empresa monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(iii) Risco de Crédito

A política de vendas da empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

(iv) Risco de Liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

Risco de Taxas de Juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

(vi) Valorização dos Instrumentos Financeiros

Destacamos os seguintes pontos: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado; (ii) A Empresa não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros; e (iii) Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos e os critérios de avaliação estão a seguir descritos:

Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos Financeiros		
Avaliados ao Custo Amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	448	444
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas	<u>3.143</u>	<u>6.394</u>
Total dos Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	<u>3.590</u>	<u>6.836</u>
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo Amortizado		
Fornecedores a pagar a terceiros e a partes relacionadas	4.649	2.218
Arrendamentos a pagar a partes relacionadas	<u>73</u>	<u>350</u>
Total dos Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	<u>4.722</u>	<u>2.569</u>

**Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro e 2024 e de 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais - (R\$), Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

25. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas para emissão em 28 de fevereiro de 2025.

Marcelo Carvalho Barreto

Diretor Executivo

CPF: 082.841.507-27

Alexandre Arantes Carvalho

Contador

CPF: 134.356.907-98

CRC-RJ 127812/O-9